

**Fabio Elias Verdiani Tfouni**  
Pós doutorando no IEL – UNICAMP.  
Bolsista da FAPESP.  
fabiotfouni@hotmail.com

## QUESTÕES SOBRE O SIGNO LINGUÍSTICO: O ARBITRÁRIO, O NECESSÁRIO E A MASSA AMORFA.

RESUMO: Este trabalho faz parte de um projeto maior cujo objetivo é realizar uma pesquisa lógica e epistemológica sobre o estatuto do signo linguístico. O tratamento do signo é feito a partir das modalidades aléticas aristotélicas, que são: o possível, o impossível o necessário e o contingente. Assim, fazemos uma leitura do arbitrário do signo em Saussure, comentando que este pode ser lido como modalizado pelo possível. O corte saussuriano desempenha um papel importante nessa leitura modal. Apontamos também que as definições do autor parecem confusas, permitindo que se faça varias leituras, inclusive a de que o objeto não foi totalmente excluído da língua. Para Benveniste o signo é necessário e não arbitrário. Este autor nega o arbitrário de Saussure afirmando que ele seria puro contingente. Notamos também que o retorno do objeto serve de fundamento para sua recusa do arbitrário e para a sua formulação do signo como necessário. Apoiados em Milner, apontamos que a modalidade do impossível entra nesta discussão na medida em que para o autor, o real da língua é o impossível, e também através de sua afirmação de que tudo não se diz. Também de Milner, extraímos a metáfora do lance de dados, que será usada para tratar a fixação do significante no significado com o uso das quatro modalidades. Além disso, sugerimos que tratar o signo através da massa amorfa e indistinta de Saussure pode ter vantagens sobre a abordagem do arbitrário pelo caminho da negação do nominalismo. Finalmente, fazemos uma relação entre a massa amorfa e o silêncio tal como tratado por nós e por Orlandi.

Palavras-chave: signo, arbitrário, necessário, massa amorfa, modalidade.

ABSTRACT: This work is part of a broader research that carries out a logical and epistemological study on the linguistic sign's status. This is done by the use of the four Aristotelian alethic modalities that are: The possible, the impossible, the necessary and the contingent. We start by proposing that the sign's arbitrary can be modalized by the possible, and we also point out that Saussure's work is confuse, and this confusion allows many readings of his work, and even allows us to say that the object has not been completely excluded. The saussurian cut has an important role in this modal approach. We state that Benveniste proposes the sign as necessary, not as arbitrary, this proposal is based (at least partially) in the return of the (supposedly) excluded object. We use Milner's work (that proposes that real of language is the impossible) to point out that this modality (the impossible) can be taken as one the foundations of the sign and of language. Also from Milner, we use the dice throwing metaphor for the study of the fixation between the signifier and the signified; in which all four modalities are used. The formless mass, as a cloud of indistinction may be a good alternative for studying the linguistic sign. And finally a relation between the formless mass and the silence as proposed by Orlandi and by us is made.

Key-words: sign, arbitrary, necessary, formless mass, modality.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de uma pesquisa maior (TFOUNI, F. E. V, 2008a) cujo objetivo é realizar uma leitura epistemológica e lógica do signo linguístico em Saussure. Para esta tarefa utilizamos as quatro modalidades aléticas da lógica aristotélica, a saber, o possível, o impossível, o necessário e o contingente. As modalidades deônticas também fazem parte do projeto, mas não são abordadas no presente trabalho.

Realizamos aqui, ainda, uma breve discussão sobre o arbitrário do signo em Saussure, que se sustenta no corte saussuriano e se constitui num rompimento com a concepção de que a língua seria uma nomenclatura, sendo que no lugar disso Saussure propõe a língua como convencional e o signo como arbitrário.

Nossa leitura modal do arbitrário do signo (TFOUNI, F. E. V. 2008a) é a de que esse arbitrário pode ser lido como modalizado pelo possível, mais precisamente por um “tudo é possível”. Nossa proposta é de realizar uma leitura do arbitrário a partir de nossa proposta do interdito como fundador do discurso (TFOUNI, F. E. V. 1998, 1999, 2006, 2008b) e da proposta de Milner para quem o real da língua é o impossível (MILNER, 1987).

Por isso nossa proposta de que o há uma relação entre o interdito e o arbitrário do signo. A linguagem não é feita do “tudo dizer”, mas sim do meio dizer, do dizer-no-meio, do inter-dito. Se fosse possível dizer tudo a primeira enunciação esgotaria o reino dos sentidos de modo que o “tudo dizer” seria a morte da enunciação, convertendo-se então no “nada dizer”. Para nós é preciso a intervenção de um corte que, impedindo que se diga tudo, permite que se diga alguma coisa.

O primeiro objetivo específico do presente texto é discutir a proposta de Benveniste (1991) do signo como necessário, colocando esta proposta em relação com o arbitrário (especificamente, a primeira versão do arbitrário do signo no *Cours*, e seu rompimento da noção de língua como uma nomenclatura) e com a noção de massa amorfa de Saussure. Benveniste realiza uma leitura de Saussure, que nega alguns dos pressupostos centrais do *Cours*. Esta negação serve de sustentação à proposta de Benveniste, que concebe o signo como necessário. Daremos ênfase à proposta do necessário enquanto formulação fenomenológica da linguagem, na qual a linguagem está vinculada à alma humana.

O segundo objetivo deste trabalho é o de apontar o corte saussuriano como um corte que incide sobre a massa amorfa de Saussure, transformando essa massa heteróclita nos segmentos discretos que constituem a linguagem. Para nós uma das maneiras de tratar a massa amorfa pode ser feita por uma analogia entre esta e o silêncio, tal como tratado por Orlandi (1995) e por nós (TFOUNI, F. E. V. 2008b); por isso, acrescentamos um comentário sobre esta analogia.

Como estamos tratando das quatro modalidades, vale acrescentar que Guimarães (1995) propõe o signo como contingente, numa abordagem onde a história intervém na questão do signo. Esta concepção não será abordada aqui. Acrescentamos que o tratamento dado por nós ao corte saussuriano leva em conta a concepção da incompletude da linguagem, no sentido de Milner (1987) para quem “tudo não se diz”.

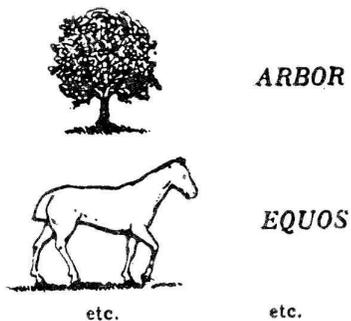
A proposta de Saussure pode ser lida como fruto do assim chamado corte saussuriano (PECHEUX & HENRY, 1971, GUIMARÃES, 1995), que exclui o sujeito a

história e o mundo<sup>1</sup> das reflexões sobre a linguagem. No Curso de Linguística Geral, o tratamento inicial dado ao signo é o um tratamento que visa excluir o objeto do mundo a partir de uma discussão, e uma rejeição da concepção segundo a qual a linguagem seria uma nomenclatura, ou seja: seria feita de palavras como etiquetas das coisas. Assim, iniciamos com a proposição de Saussure, para quem o signo é arbitrário, no sentido de que não existe relação intrínseca e necessária entre um significante e seu significado.

## O ARBITRÁRIO E O OBJETO DO MUNDO

Para discutir o arbitrário, apontamos inicialmente que Saussure (1994) concebe a relação entre significante (Se) e significado (So) como arbitrária, no sentido de que não existe uma ligação intrínseca entre Se e So, pois não há nada em sua natureza que faça um corresponder ao outro, e nem que se permita afirmar que um termo tem ligação essencial com o outro. O corte saussuriano interdita que o signo linguístico seja tratado como uma nomenclatura, ou como se o signo fosse uma “palavra” que se ligasse a um objeto do mundo. Uma leitura do impossível do interdito de corte saussuriano seria, portanto a de que esse corte interdita no discurso da ciência da linguagem a ligação direta entre palavra e objeto. O próprio Saussure comenta essa questão:

“Para certas pessoas, a língua, reduzida a seu princípio essencial, é uma nomenclatura, vale dizer, uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas. Por exemplo:



Tal concepção é criticável em numerosos aspectos. Supõe idéias completamente feitas, preexistentes às palavras; ela não nos diz se a palavra é de natureza vocal ou psíquica [...] por fim, ela faz supor que o vínculo que une um nome a uma coisa constitui uma operação muito simples, o que está bem longe da verdade.”(SAUSSURE, 1994, p. 79)

Logo a seguir, o autor aponta que “O signo não une uma coisa e uma palavra, mas um conceito a uma imagem acústica” (SAUSSURE, 1994, p. 80). Notamos aqui o

<sup>1</sup> Usamos neste texto os termos “objeto”, “coisa” e “mundo” como sinônimos.

corte, a interdição do objeto. Mesmo assim, o corte não é completo, perfeito, e permite um retorno do objeto do mundo no corpo da língua. Mais que um retorno, vemos aí uma permanência, na medida em que o objeto não chegou a ser totalmente excluído (pois o corte não foi completo), o que permitiria em tese uma abordagem nominalista de Saussure.

Deste ponto, Saussure continua seu raciocínio comentando as noções de conceito e imagem acústica, que ele substitui respectivamente por significante e significado. E como que para não restar dúvida sobre a natureza do signo, ele explica melhor o termo arbitrário agregando o conceito de “imotivado”. Afirma o autor: “queremos dizer que o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade.” (SAUSSURE, 1994, p. 83).

Pode-se dizer que em termos de concepção de linguagem, um dos pontos centrais da discussão feita por Saussure consiste na proposição de que a língua é uma convenção. Depois de Saussure, torna-se consenso que a linguagem é convencional, ficando ela decisivamente separada da realidade, do mundo, do objeto.

Uma das posições que Saussure derruba junto com o nominalismo é a de que a língua seria parte da natureza, e sendo assim, não poderia se separar desta (este seria o suposto laço natural na realidade). Este debate ficou conhecido como o debate natureza x convenção (LYONS, 1979).

O Curso de Linguística Geral possui uma expressão confusa sobre seus conceitos centrais, o que permite leituras de vários tipos, e, inclusive leituras enganosas sobre o arbitrário do signo.

Um erro seria o do linguista iniciante (somente do iniciante?), que pode ler ali o retorno à nomenclatura, embora esta esteja definitivamente fora dos planos de Saussure. Sobre essa questão do signo, mais precisamente sobre o retorno à nomenclatura, Gadet comenta o exemplo saussuriano do signo “arbor” e o de boef/ochs:

“Mais cette representation est fort maladroite, car une zone de réel delimitée a quoi va être attribué le signifiant arbor, et d’autre part (cote signifiant) qu’il existe un signifiant que l’on va attribuer au signifié  . Ce serait revenir, a travers un detour à la nomenclature.

Or, d’autres enonces du CLG montrent que ce n’est pas là l’essentiel de la conception saussurienne.”(GADET, 1990, p. 35-36).

Essa dificuldade será explorada por Benveniste para propor que o retorno do objeto faz parte da obra de Saussure. Esta afirmação de Benveniste serve de sustentação à sua rejeição do signo como arbitrário. Sobre isto, afirma Normand: “A demonstração (sobre o problema do retorno do objeto e da não arbitrariedade do signo) era hábil e permitia apontar no curso uma expressão confusa...” (NORMAND, 2006, p. 18, parênteses nossos).

Benveniste nega o arbitrário do signo, aponta na formulação de Saussure o retorno do objeto (na verdade, sua permanência) como fruto de um corte imperfeito, e, além disso, afirma que o arbitrário, tal qual formulado por Saussure, é entre a palavra e o objeto, e não entre o significante e o significado. Eis Benveniste:

“Acabamos de ver que Saussure toma o signo linguístico como constituído por um significante e um significado. Ora – e isso é essencial – ele entende por ‘significado’ o ‘conceito’. Declara literalmente (p.100), que ‘o signo linguístico une não uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica. Garante, logo depois, que a natureza do signo é arbitrária porque não tem com o significado ‘nenhuma ligação natural na realidade.’ (BENVENISTE, 1991, p.54).

O ponto decisivo do raciocínio de Benveniste vem a seguir: “Está claro que o raciocínio é falseado pelo recurso inconsciente e sub-reptício a um terceiro termo, que não estava compreendido na definição inicial; esse terceiro termo é a própria coisa, a realidade.” (BENVENISTE, 1991, p. 54).

Essa referência à realidade é o retorno do objeto no *Cours*, e Benveniste novamente cita o exemplo do “boi” mostrando que o que faz com que *b-o-e-u-f* e *o-c-h-s* tenham o mesmo significado num e noutro lado da fronteira não é o significado propriamente dito, mas a referência à realidade, ao objeto. Afirma Benveniste: “É claro que, com relação a uma mesma realidade, todas as denominações têm igual valor” (BENVENISTE, 1991, p.55).

Segundo o mesmo autor, o objeto continua contaminando o resto do edifício saussuriano que se assenta no signo e seu arbitrário. Assim, os conceitos de mutabilidade/imutabilidade e valor, que são cruciais na obra de Saussure, também sofrem com o retorno do objeto (ou com sua exclusão insuficiente)<sup>2</sup>.

Para este autor, o arbitrário do *Cours* não é uma explicação satisfatória nem quanto ao signo tomado como isolado (na relação intra-sígnica), nem quando tomado no sistema como portador de um valor, devido à intromissão do objeto. Benveniste afirma:

“É bem um ‘elemento imposto de fora’, portanto, a realidade objetiva que esse raciocínio toma como eixo de referência. Quando se considera o signo em si mesmo e enquanto portador de um valor, o arbitrário se encontra necessariamente eliminado.” (BENVENISTE, 1991, p. 58)

Se para Benveniste, o arbitrário se encontra eliminado, qual seria, para este autor, o estatuto do signo? É isso que discutimos a seguir.

## O NECESSÁRIO DO SIGNO E A ESSÊNCIA

Notamos acima que Benveniste nega o signo como arbitrário (nega que o arbitrário se dê entre Se e So), afirmando que o arbitrário se dá, na verdade, entre a

---

<sup>2</sup> Explicações detalhadas sobre o retorno do objeto no valor do signo e na questão mutabilidade/imutabilidade estão sendo elaborados em outros trabalhos, e não serão abordados aqui por não ser este o objetivo do presente trabalho. Esse tratamento mais detalhado pode requerer, a nosso ver, um foco um pouco diferente do atual.

palavra e a coisa. Esta afirmação, junto com outras, abre espaço para que o francês proponha o signo como necessário.

A explicação de Benveniste para a necessidade do signo parece possuir um tom um tanto quanto essencialista, psicológico mesmo, pois este propõe que a relação entre o significado e significante seria análoga à do homem e da alma humana: como em princípio a alma seria a essência humana, seguir-se-ia que cada homem tem uma relação necessária com sua alma, de modo tão fundamental e estreito, que essa relação teria que ser necessária.

Sobre o exemplo (formulado pelo próprio Saussure) de “boi” Benveniste aponta a necessidade do signo onde Saussure propõe o arbitrário. E Benveniste vai além: coloca essa necessidade nos termos da relação homem-espírito. Afirma Benveniste:

“O conceito (‘significado’) “boi” é forçosamente idêntico ao conjunto fônico (‘significante’) boi. Como poderia ser diferente? Juntos os dois foram impressos no meu espírito; juntos evocam-se mutuamente em qualquer circunstância.” (Benveniste 1991, p. 55)

A cada homem corresponde uma alma, que não troca de corpo; do mesmo modo, um significado poderia ser considerado como a alma, como a essência do significante. Sobre isso, afirma Benveniste: “Há entre os dois uma simbiose tão estreita que o conceito ‘boi’ é como que **a alma** da imagem acústica ‘boi’”. (BENVENISTE, 1991, p. 55-56, grifo nosso).

Benveniste afirma que o espírito humano não aceita qualquer nomeação, e que seria capaz de rejeitar as formas de nomeação que não fossem adequadas, ou seja: ele afirma que o espírito humano teria que se encaixar perfeitamente com a expressão, de modo que esta se encaixasse de modo necessário e com perfeição ao espírito. Afirma o autor: “O espírito não contém formas vazias, conceitos não nomeados” (BENVENISTE, 1991, p. 56). E, o autor continua:

“Inversamente, o espírito só acolhe a forma sonora que serve de suporte a uma representação identificável para ele; se não, rejeita-a como desconhecida ou estranha. O significante e o significado, a representação e a imagem acústica, são, pois, na realidade duas faces da mesma noção e se compõem juntos como o incorporante e o incorporado.” (BENVENISTE, 1991, p.56)

O autor finaliza reafirmando a necessidade aí presente como relativa à alma e à sua expressão, bem como relativa ao incorporante e o incorporado. A relação entre incorporante e incorporado serve tanto para o signo quanto para o homem: o significado é a essência do signo, e, de modo análogo, a alma é a essência do homem.

Para o autor, o arbitrário seria apenas uma aparência de arbitrariedade, que resultaria do fato de que o que nós vemos como signo é apenas a aparência arbitrária de uma essência interna e fundamental. Assim, o que nos aparece como arbitrário, seria uma manifestação do necessário.

O que foi discutido aqui sugere uma visão de sujeito essencial que se manifesta pela linguagem, o que é consistente com a concepção benvenistiana de que o sujeito é

um senhor da língua que se apropria dela por sua conta (ver GUIMARÃES, 1995 e AUTHIER-REVUZ, 1990).

Isto pode sugerir que há aí uma visão de que a essência precede a existência. Já uma visão materialista e não essencialista do signo pode supor que a existência material do signo precede a essência do sujeito.

O sujeito não nasce essencial, ao contrário, a impressão de essencialidade decorre da entrada do simbólico no sujeito. Ora, é bem possível que a relação do sujeito com a rede simbólica que o constitui seja contingente ao menos em algum grau.

Não existe um significante que teria a finalidade última (ou seja, a necessidade) de expressar algum significado, e vice-versa. Notamos um tom essencialista quando Benveniste (na citação acima) afirma que, caso uma expressão não seja identificável ao espírito, sendo ela desconhecida ou estranha, o espírito descarta-a.

Mesmo assim, parte das colocações de Benveniste sobre o necessário pode confluir com os objetivos mais amplos deste trabalho se forem tratadas de outra maneira. Em síntese, tratar-se-ia de não excluir a modalidade do necessário, mas sim abordá-la em conjunto com as outras três modalidades já mencionadas: o possível, o impossível, o necessário e o contingente.

## A MASSA AMORFA E A INDISTINÇÃO

Até agora, o principal foco se deu sobre o arbitrário do signo, sobre a exclusão do objeto do mundo, e sobre o signo como necessário em Benveniste. Faremos então, um tratamento diferente da questão do signo, privilegiando a massa amorfa de Saussure aliada ao corte saussuriano. Nossa leitura até o momento é a de que a massa amorfa poderia ser tratada como a presença da questão da indistinção no *Cours*.

É possível ler em Saussure o tratamento da linguagem a partir da massa amorfa e indistinta, e esse tratamento pode ser lido no *Cours* como uma alternativa ao tratamento do signo com partes já previamente discretizadas. (o que permite uma interpretação nominalista do signo saussuriano, e uma queda do signo à relação entre o signo e o mundo, mesmo que se considere que este não seja o objetivo de Saussure).

A vantagem que se nota já de entrada, é que esse tratamento permite colocar em outra posição, e até mesmo questionar a idéia do signo como nomenclatura. Esse questionamento é central na obra de Saussure, o que se vê na discussão apresentada no início deste trabalho, onde se apresenta a posição crítica do autor com relação à nomenclatura e sua adesão à tese de que a linguagem é uma convenção social. Deste ponto de vista, a linguagem não se relacionaria a nenhum pensamento pré-existente, nem a objetos pré-existentes, ou a uma alma que a língua deveria necessariamente representar: existiria apenas a massa amorfa.

Na discussão sobre a massa amorfa, Saussure afirma que não existem sons nem idéias pré-existentes e que o pensamento humano, sem a entrada da linguagem é como uma massa amorfa, ou seja: o pensamento é indistinto, e seria justamente a nomeação dos conceitos, ou seja, a entrada dos significantes, que faz com que a linguagem e o pensamento passem a existir como os conhecemos. Afirma Saussure:

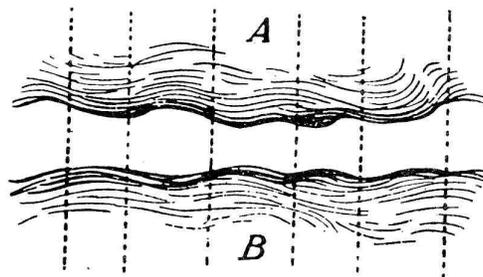
“Psicologicamente, abstração feita de sua expressão por meio das palavras, nosso pensamento não passa de uma massa amorfa e indistinta. Filósofos e linguistas concordaram sempre em reconhecer que, sem o recurso dos signos, seríamos incapazes de distinguir duas idéias de modo claro e constante. Tomado em si, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não existem idéias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua”. (SAUSSURE, 1994, p. 130)

Na proposta da massa amorfa e da indistinção dos domínios do significante e do significado, podemos ver que Saussure concebe ambos os campos como nuvens, como massas heteróclitas que precisam de um recorte. Essa necessidade do recorte é precisamente uma maneira alternativa de conceber o corte saussuriano, corte esse que age como uma faca, opera separando recortes de sons que se combinam com recortes de pensamento (de significado) para se tornarem signos. Somente assim o caótico ganha transparência e condições de significação, de enunciação e de comunicação. Afirma Saussure:

“O papel característico da língua frente ao pensamento não é criar um meio fônico material para a expressão das idéias, mas servir de intermediário entre o pensamento e o som, em condições tais que uma união conduza necessariamente a delimitações recíprocas de unidades. O pensamento, caótico por natureza, é forçado a precisar-se ao se decompor.” (SAUSSURE, 1994, p. 131)

Assim, vemos que para o autor existe uma necessidade do recorte, e que, ao mesmo tempo, essa citação leva a outras considerações sobre o valor, que podem tornar a discussão do arbitrário, numa discussão sobre o arbitrário relativo, de modo que há algum grau de necessidade no sistema, mas não motivada por uma expressão da alma como deseja Benveniste.

Saussure afirma que não apenas o pensamento, mas também a expressão, antes do corte, é uma massa amorfa e indistinta. A figura abaixo trata a massa amorfa como o caótico não só do pensamento, mas da expressão também, de modo que o corte arbitrário transforma o real pré-sígnico em linguagem. Eis a figura:



(Figura extraída de Saussure, 1994, p. 131)

A postura de Saussure tem a vantagem epistemológica de não fazer nenhuma (ou quase nenhuma) suposição sobre como seriam essas regiões escuras antes de sua entrada

na linguagem Assim, essa abordagem permite separar o que é pré-sígnico, e pré-linguístico, da linguagem propriamente dita, e permite, portanto, separar o real do simbólico, de modo que tudo aquilo que existe antes do signo é da ordem do real, e somente com a entrada do simbólico é possível recortá-lo, delimitá-lo, o que permite que exista a linguagem e a enunciação.

Disso se conclui que no reino do real não existe pensamento nem existe o som “significante” tal como os conhecemos: como bem aponta Saussure, para reconhecermos algum pensamento precisamos de um som e, para reconhecermos um som, precisamos de um pensamento. Assim, antes do signo, o significante não é nem som é apenas ruído, fluxo contínuo de sons, puro real sonoro. O mesmo ocorre com o pensamento. Existe, portanto um corte, uma descontinuidade entre o real e o simbólico, descontinuidade que precisa ser tratada de algum modo.

Como passamos então, da indistinção à distinção, do real ao simbólico? A proposta que defendemos aqui é a de que corte agiria como um lance de dados, o que introduz de maneira fundamental o contingente na formação do signo.

Veremos agora no próprio Saussure que é possível ler a massa amorfa como uma fronteira da linguagem, de modo que uma investigação sobre ela pode ser decisiva para nossa pesquisa que procura, com uma leitura modal do signo, determinar quais as condições que permitem a existência da linguagem. Como diz Milner, trata-se da questão: “Por que existe língua ao invés de nada?” (MILNER, 1987)

Usamos, então, o lance de dados para tratar o corte. Como o lance de dados é um jogo (ao menos aparentemente) sem sentido, um tom de mistério (como diz Saussure) paira sobre a fronteira entre a massa amorfa e a linguagem, o que certamente dificulta determinar porque a massa haveria de ser delimitada em significantes e em significados, ao mesmo tempo. Uma forma de excluir, controlar ou tamponar a dificuldade aí seria a escolhida por Benveniste, que propõe o signo como necessário justamente por ser este a expressão necessária da alma, argumento rejeitado por Saussure, como se nota no seguinte trecho do autor:

“Não há, pois, nem materialização do pensamento, nem espiritualização de sons; trata-se antes do fato **de certo modo misterioso**, de o “pensamento-som” implicar divisões e de a língua elaborar suas unidades constituindo-se entre duas massas amorfas.” (SAUSSURE, 1994, p. 131, grifo nosso).

O mistério aí seria o de saber responder à questão: Por que o signo é contingente? Se o signo é arbitrário, e puro contingente, não existe mistério algum, porque em certo sentido não existe explicação: o signo é assim, por que é assim, sem saber por que é assim. O signo, como pura contingência, ao mesmo tempo, não se saberia dizer por que ele é o que é, ou porque não é o que não é. O arbitrário abole toda motivação, e suspende o mistério na medida em que o arbitrário sustenta a si mesmo. Essa é a visão de Milner, que subscrevemos: “Mais exatamente, o arbitrário do signo equivale a afirmar que ele não saberia ser pensado diferente do que ele é, já que não há razão para que seja como é.” (MILNER, 1987, p. 38)

Nossa leitura do próximo trecho de Saussure é a de que para investigar quais as possibilidades da existência da linguagem, é preciso ir até a fronteira da linguagem<sup>3</sup>. Quando cruzamos esta fronteira saímos do terreno da linguagem e adentramos o real. Vejamos Saussure: “A linguística trabalha, pois, no terreno limítrofe onde os elementos das duas ordens se combinam; *esta combinação produz uma forma, não uma substância*” (SAUSSURE, 1994, p. 131, grifos do autor)

Benveniste trata o signo como necessário por não suportar que o signo seja um puro arbitrário sem sentido, que em suas palavras seria um puro contingente. Isto faz com que ele rejeite o arbitrário do signo. Sobre isto afirma Normand: “Alguma coisa de mais profundo devia preocupar Benveniste na questão do ‘arbitrário’ [...] ousemos lançar a hipótese (pois ele nunca o declarou) de que o que o incomodava era a contingência”. (NORMAND, 2006, p. 18).

Em mais de uma passagem, do próprio Benveniste se nota esse incômodo. Na passagem abaixo, o autor nega o contingente como interno ao signo:

“Vemos agora, e podemos delimitar, a zona do ‘arbitrário’. O que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não a outro. Nesse sentido, e somente nesse sentido, é permitido falar de contingência, e ainda assim é menos para dar solução ao problema que para analisá-lo e afastá-lo provisoriamente” (BENVENISTE, 1991, p. 56).

Normand continua sua dedicação à questão quando comenta que o incômodo do contingente puro (para Benveniste) seria fruto da possibilidade de lermos o arbitrário como um jogo de dados. Comenta a autora: “Da mesma forma que não se pode desconfiar que o Deus de Einstein não jogue dados, o signo não pode e nem deve ser inteiramente desligado de seu fundamento.” (NORMAND, 2006, p. 18-19).

Nossa maneira de tratar o jogo de dados, não é, necessariamente, a de um jogo sem nenhum real. Provavelmente o incômodo no contingente se relaciona a uma suposição de que esse jogo e seu contingente não têm nada de real. No entanto, a partir de Milner (1996) podemos ver o jogo de dados como relacionado a um real. Afirma o autor:

[...] “mas os próprios dados enquanto estão em suspensão. Na vertigem desses possíveis mutuamente exclusivos, espoca enfim, no momento ulterior em que os dados caem, o *flash* do impossível: impossível, uma vez caídos, que eles tenham outro número sobre sua face lisível. Onde vemos que o impossível não está disjunto da contingência, mas dela constitui o núcleo real.” (MILNER, 1996, p.52).

Note-se que o que Milner está afirmando aqui sobre o lance de dados pode ser considerado como as condições lógicas de existência da linguagem, de modo que para nós o lance de dados, funciona como uma explicação lógica da origem da linguagem. Na citação pode-se ler que o impossível e o contingente são os dois lados do real.

---

<sup>3</sup> Temos afirmado essa necessidade de ir à fronteira da linguagem em outros trabalhos como em Tfouni, F. E. V. (2008b).

Essa leitura é lógica na medida em que não considera nenhum sujeito, nenhuma história ou objeto do mundo, realizando assim, o ideal saussuriano de tratar o sistema sem nenhuma contaminação de elementos vindos de fora. Isto pode ser lido quando Milner afirma que “o lançador (dos dados) não existe”, o que exclui do jogo qualquer motivação na história no sujeito ou no mundo. Trata-se, portanto de um jogo imotivado, no sentido de que a fixação do evento (ou do significado) na letra pode ser lida como imotivado.

Outro aspecto que se nota na citação de Milner é a necessidade do corte, dos “possíveis mutuamente exclusivos”. Quando os dados são lançados, o resultado X exclui todos os demais que seriam possíveis. Por isto os possíveis são mutuamente exclusivos, e se convertem no contingente e no impossível após o lance.

A imagem do lance de dados sugere um jogo com dados enquanto peças já dadas, que têm seis lados. Ora, por que os dados não podem ter menos nem mais de seis lados? Supondo a existência de dados, a queda de um lado exclui a queda dos outros num lance qualquer. Na verdade, falar em possíveis mutuamente exclusivos exatamente como dados pré-estabelecidos com seus lados já determinados não é uma boa figura para a indistinção, pois, a exemplo da massa amorfa, antes do lançamento não existem lados no dado, somente a nuvem indistinta de Saussure. É o corte que realiza a distinção e determina o resultado do lançamento: X, que será dito e discretizado, e o resto, que não se afigura como um “y” discretizado, (ou seja, como os lados definidos de um dado) mas como uma massa amorfa mesma, literalmente variável, indeterminável, e não como algo que já está lá.

Continuando, temos na metáfora do lance de dados que antes do lançamento “qualquer resultado é possível”, isso se mostra bem fiel ao arbitrário de Saussure, arbitrário esse tão radical que teria incomodado Benveniste, para quem o genebrino teria exagerado no arbitrário e tornado o signo puro contingente.

No entanto, o jogo contém não somente o possível e o contingente, mas, também as outras modalidades: o impossível, e o necessário. Portanto, é preciso tratar a questão do signo com o quadrado modal completo, com os quatro modalizadores. Depois de jogados os dados, o resultado contingente X se torna impossível na medida em que não é possível que o resultado não seja X. Podem-se relançar os dados, mas um relançamento não apaga o lance anterior.

O contingente, por exemplo, não precisa ser lido como puro acaso (como faz Benveniste (1991)); ele se converte rapidamente no impossível, na medida em que depois de lançados os dados, o resultado é impossível de não ter sido aquele. Assim, como vimos em Milner (1996), o contingente e o impossível podem ser lidos como os dois lados do real.

Antes do lançamento, qualquer resultado é virtualmente possível, mas se os dados permanecerem em suspensão, não haverá resultado e os possíveis se tornarão impossíveis na suspensão eterna. Por isso o lance é necessário para que exista qualquer recorte da massa amorfa. O “tudo é possível” precisa sofrer o corte para que exista não toda, mas alguma fixação entre significado e significante (Uma leitura mais detalhada do lance de dados foi feita em Tfouni, F. E. V. (2008b)).

## O SILÊNCIO

Por tudo isso, pode-se dizer que existe uma fronteira entre o real e a linguagem que se demarca com o corte saussuriano. Essa região da não-linguagem seria o limite da enunciação e do dizer, seria a massa amorfa de Saussure que para nós, até o momento, se apresenta como podendo ser tratada como o silêncio, enquanto real da significação.

A formulação do silêncio como real da significação está presente em Orlandi (1995) e foi tratada com algumas diferenças por nós em Tfouni, F. E. V. (1998, 1999, 2006). Em Tfouni, F. E. V. (2008b) fazemos uma leitura modal do silêncio relacionado ao lance de dados.

Em Orlandi, o silêncio seria um real da linguagem que significa por si mesmo<sup>4</sup>. Fazendo uma analogia com a massa amorfa de Saussure, notamos que isso pode implicar em afirmar que a massa amorfa (o indistinto) significa em si mesmo. Ora, um silêncio que significasse em si mesmo seria de uma completude de significação tal que a linguagem não seria necessária na medida em que diante de tal completude não precisaríamos dizer nada. Afirma Orlandi: “O real da significação é o silêncio. E como o nosso objeto de reflexão é o discurso, chegamos a uma outra afirmação que sucede a essa: o silêncio é o real do discurso”. (ORLANDI, 1995, p.31).

Propomos junto com Orlandi (1995) que o silêncio, como real, não pode se atualizar como um todo: tem que sobrar algo não atravessado pela linguagem, (um resto). E, para haver dizer, é preciso que não se diga tudo, é preciso o interdito. O silêncio é o espaço do múltiplo, é a condição de vir-a-ser do discurso, onde o real (as coisas) “está lá”, mas não se pode falar dele. O silêncio enquanto o não enunciado, ou não-simbolizado é o real amorfo e indistinto, pode ser visto então como a massa amorfa que ganha forma pelo com o corte que permite não todo, mas algum dizer.

Haver um silêncio contínuo que se alonga sempre, um real da significação, leva a pensar que algo desse contínuo sempre fica fora do dizer e possibilita que sempre haja mais dizeres por proibir o fechamento do sentido. Isso quer dizer que há sempre algo do real que não se atualiza na linguagem. Esse algo seria o furo do real. Essa é nossa leitura de Orlandi (1995), quando esta afirma que: “O silêncio é contínuo e há sempre ainda sentidos a dizer” (ORLANDI, 1995, p. 73). Ora, do nosso ponto de vista, esse silêncio que se alonga seria fruto do interdito, pois caso contrário, tudo seria dito de uma única vez. Por isso o dizer nunca é completo, restam sempre sentidos a dizer, esse real é sempre dito em parte, meio dito, dito-no-meio, inter-dito. Um dos apoios teóricos a essa discussão se encontra na afirmação de Milner (1987) segundo a qual “tudo não se diz”.

Assim, enquanto para a autora o silêncio possui um estatuto fundador, para nós ele é condição necessária, mas não suficiente, pois, para que haja realmente a fundação é preciso o corte (para nós o interdito) que suspenda o tudo dizer. Sobre o silêncio como fundador afirma Orlandi:

“Por isso distinguimos entre a) o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não dito e que dá espaço de recuo significante,

<sup>4</sup> O trabalho de Orlandi possui uma especificidade própria, dentro do qual é pertinente a proposta de um silêncio que significa em si mesmo. Nosso trabalho é diferente na medida em que trata das condições do dizer, e também da significação enquanto parte da linguagem e da enunciação.

produzindo as condições para significar e b) a política do silêncio que se subdivide em b1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não dizer (uma palavra apaga necessariamente as outras palavras) e b2) o silêncio local, que se refere à censura propriamente (aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura)” (ORLANDI, 1995, p.24).

Num certo sentido a partir de um ponto de vista do interdito, o silêncio fundador e o constitutivo aproximam-se bastante, na medida em que ambos seriam condição para haver linguagem. Desse modo, é uma necessidade do discurso que ele não possa dizer tudo, ele precisa não dizer tudo. Daí, que a incompletude do discurso é, para este, algo necessário. O discurso, para que exista, precisa ser incompleto. Essa incompletude se manifesta na impossibilidade de dizer o tudo do silêncio original, um silêncio supostamente existente antes da linguagem, onde os sentidos todos existem, mas não se podem atualizar em linguagem por completo. A esse respeito afirma Orlandi: “Quando atentamos para o silêncio, tematizando razões 'constitutivas', fazemos o percurso da relação silêncio/linguagem e estamos no domínio do silêncio fundante” (1995, p.55).

Se fosse possível dizer tudo estaríamos diante de um dizer virtualmente impossível, por ser “muito cheio”. Ao contrário, havendo algo que fica não-dito, que fica em silêncio, o dizer deixa essa plenitude, e passa a ser possível. Daí a caracterização de Orlandi (1995) de que é por haver silêncio que pode haver discurso. Ele é o que permite a movência do discurso.

Se o silêncio é necessário, então, o interdito é fundamental para a existência da linguagem. É ele que mantém o campo da enunciação aberto, justamente por impedir que se diga tudo. Ele é então condição de possibilidade da linguagem, o que atesta seu estatuto fundador e constitutivo. Isto pode apontar para um estudo da massa amorfa e da indistinção como constitutivos do campo da linguagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão empreendida aqui aponta que o arbitrário do signo não precisa necessariamente partir de uma discussão sobre o signo apenas no bojo de uma oposição entre uma abordagem da língua como nomenclatura (no sentido de palavras presas às coisas por fazerem parte da natureza) e uma da língua como convenção. A referência de Saussure ao problema do nominalismo é importante para afirmar o arbitrário e para descolar a língua do objeto, mas essa discussão é um tanto quanto que confusa no *Cours*, confusão que permite várias leituras, inclusive algumas que vão contra as próprias propostas de Saussure.

O retorno do objeto e a confusão do *Cours* são levantados por Benveniste para colocar o signo como necessário e não como arbitrário. Essa proposição possui um tom fenomenológico, propondo que a linguagem expressa a alma humana, e que, do mesmo modo o significante seria alma do significado, num laço necessário que não pode ser desfeito.

Notamos que o arbitrário saussuriano teria libertado a linguagem de seu suposto laço essencial com a natureza. Ao que tudo indica, o necessário de Benveniste prende a linguagem novamente, desta vez, como expressão necessária da alma humana.

Um tratamento alternativo do signo seria aquela onde Saussure coloca o signo como fruto de uma discretização da massa amorfa pré-sígnica. Assim, parte-se de um momento onde temos uma massa amorfa, heteróclita e indistinta, que precisa sofrer um corte para que o signo seja produzido.

Além disso, o estudo sugere que um tratamento modal do signo, incluindo as quatro modalidades (o possível, o impossível, o necessário e o contingente) pode ser feito e pode trazer algum dado relevante para a discussão do estatuto do signo linguístico.

Esse tratamento modal é levado a cabo pela metáfora do jogo de dados sugerida por Milner, da qual fazemos uma releitura afirmando que o lance pode representar a formação do signo, a fixação do significante no significado. Utilizamos para isso, as quatro modalidades na discussão do lance de dados. Além disso, julgamos que é possível fazer isso num sentido lógico sem recurso ao sujeito ou à história. Isto sugere que a questão da origem da linguagem pode ser abordada sem recurso à história.

Fazemos também uma comparação da massa amorfa de Saussure como o silêncio tal como proposto por Orlandi, e com nosso tratamento deste conceito, apontando que a massa amorfa pode ser tratada como o silêncio enquanto real da significação, um real suspenso e indistinto, aguardando um corte que, impedindo o “tudo dizer”, torne possível que se diga algo.

## REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, J. (1990) Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas. V.19, p. 25-42.
- BENVENISTE, E. (1991) A natureza do signo linguístico. In: **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Ed. Pontes. P.53-59.
- GADET, F. (1990) **Saussure - une science de la langue**. Paris: PUF.
- GUIMARÃES, E (1995). **Os limites do sentido**. Campinas: Pontes.
- LYONS, J. (1979) **Introdução à linguística teórica**. São Paulo: Cultrix.
- MILNER, J-CL. (1987) **O amor da língua**. Porto Alegre: Artes Médicas.
- \_\_\_\_\_. (1996) **A obra clara**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- NORMAND, C. (2006) **Saussure-Benveniste**. Letras N° 33 Santa Maria: UFSM. p. 13-21.
- ORLANDI, E. P. (1995) **As formas do silêncio - no movimento dos sentidos**. Campinas: Ed. Unicamp, 3ª. edição. 189p.
- PÊCHEUX, M.; HAROCHE, C. & HENRY, P. (1971). La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. **Langages**, nº 24.
- SAUSSURE, F. (1994) **Curso de Linguística geral**. São Paulo: Cultrix. 19ª. Edição.
- TFOUNI, F.E.V. (1998) **O interdito como fundador do discurso**. Dissertação de mestrado (mestrado em linguística) não publicada. IEL-UNICAMP.
- \_\_\_\_\_, F. E. V. (1999) O interdito como fundador do discurso. Campinas: IEL-UNICAMP, **Sínteses**, vol. 4.

\_\_\_\_\_, F. E. V. (2006) O interdito como fundador do discurso. **Letras & Letras**, V. 22, N° 1. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. p. 127-137.

\_\_\_\_\_, F. E. V. (2008a) O interdito, o signo e o corte saussuriano. **Anais do XV congresso internacional da ALFAL**. Montevideu: ALFAL. p. 1-21.

\_\_\_\_\_, F. E. V. (2008b) O interdito e o silêncio: duas abordagens do impossível na linguagem. **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão: Unisul. V 8 N° 2. p. 353-371.

### **OBRAS CONSULTADAS**

DARRAULT, I. (1976) Présentation. In: **Langages**, n° 43. p. 3-9.

GUIMARÃES, E. (1979) **Modalidade e argumentação linguística**. Tese de Doutorado não publicada. USP.

LYONS, J. (1977) **Semantics vol. II**. New York: Cambridge University Press.

MILNER, J (1991) Lacan et la science moderne. IN: **Lacan Avec les Philosophes**. Paris: Albin Michel.

PARRET, F. (1976) La pragmatique des modalités . In: **Langages** n° 43. p. 47-63.

PÊCHEUX, M. & GADET, F. (2004) **A língua inatingível**. Campinas: Pontes.

TFOUNI, L. V. (1986) **Adultos não-alfabetizados: o avesso do avesso**. Tese de doutorado (doutorado em linguística). IEL-UNICAMP.